



O PÓS-SOCIAL: A HISTÓRIA E A SOCIOLOGIA REÚNEM NATUREZA E SOCIEDADE

CARLOS ALVAREZ MAIA*

Nossa tradição disciplinar – na história e na sociologia – privilegia o estudo das relações humanas como articulações entre indivíduos desenvolvidas no contexto coletivo. Os indivíduos estabelecem laços sociais com outros indivíduos e por intermédio desse enlace forjam novas possibilidades vivenciais que efetivamente e somente assim constituem tais indivíduos como humanos, como seres sociais.

O humano não é uma propriedade intrínseca do ser, uma substância inerente à sua biologia. Há algo mais. Ele é uma condição. É uma condição dada pelo seu existir societário, é uma condição histórica. Não se nasce humano, torna-se: uma pessoa.¹ Assim, a gramaticalidade do termo “humano” afasta-se de um substantivo e aproxima-se das qualidades, localizadas em contextos relacionais específicos, expostas pelos adjetivos. Mais rigorosamente deveria se falar de um verbo factitivo, “humanizar” – tornar-se humano. Não um estado do ser em si mas, sim, um processo de vir a ser.

Essa instituição do ser social decorreu diretamente da Fenomenologia do Espírito hegeliana, especialmente aquela lida por Marx. Foi uma inauguração exemplar para se opor ao modelo racional-iluminista predominante que os revolucionários franceses e Kant propunham. Com Hegel, o ponto de partida não era mais o indivíduo isolado em sua plenitude consciente, mas um jogo relacional, interativo entre seres em devir. Isso contrariava os mitos paradigmáticos do oitocentos que produziram o protótipo de “Robinson Crusóé” para

difundir e inspirar as tentativas explicativas de então. Marx reagia aos economistas clássicos – “o caçador e o pescador individuais e isolados, com que começam Smith e Ricardo, fazem parte das ficções pobremente imaginadas do século XVIII; são robinsonadas”. (Marx, 1990: 282) Assim, a substância sacralizada do *homo sapiens* – um indivíduo excepcional que se diferenciava por possuir racionalidade e livre-arbítrio – foi combatida:

O homem é, no sentido mais literal, um *zwoon politikou* (animal político), não somente um animal social, mas sim um animal que só pode individualizar-se na sociedade. A produção por parte de um indivíduo isolado, fora da sociedade – fato raro que bem pode ocorrer quando um civilizado, que potencialmente possui já em si as forças da sociedade, se extravia acidentalmente em uma região selvagem – não é menos absurda do que a ideia de um desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e falem entre si. (Marx, 1990, p 283)

Entretanto, esse embate entre as percepções do humano como indivíduo isolado, com características excepcionais, e o humano como decorrência de um processo interativo permaneceu e permanece até hoje na cena das ciências sociais. Nos bastidores da compreensão da entidade humana como condição histórica persistem transfigurações daquele ser individual divinizado. Há necessidade de distinguir o **ser**, fortalecido pela ontologia do Iluminismo, do **ente**

– um sujeito constituído no plano sócio-histórico. Vou examinar aqui – de maneira simplificada – duas dessas situações de sobrevivência conflitante, em geral sub-reptícia, do ideário que valoriza a ação individual em detrimento da ação social dos sujeitos humanos. Uma está por trás do entusiasmo com as **representações** e outra transparece nos modelos de **estrutura-agência**. Evidentemente que essas orientações são aqui separadas simplesmente por facilidade de compreensão analítica pois estão cruzadas e interligadas. Por trás de ambas, ficará evidente uma fragilidade na compreensão adotada genericamente para pensar o ser social como produto de um jogo estritamente de humanos entre si.

REPRESENTAÇÕES

Em geral, a história e a sociologia trabalham com representações. Desde Mauss e Durkheim até Roger Chartier. Essas disciplinas consideram que seus objetos de estudo estejam caracterizados por lógicas de representação. Há aqui um duplo aspecto: por um lado, supõem que as percepções e entendimentos que os agentes sociais extraem de suas experiências cotidianas tornam-se representações sobre a realidade por eles vivenciada; e, por outro lado, atuando retroativamente, as representações estimulam lógicas de poder político ao serem definidas por um grupo, ou centro de poder, definindo a forma como a realidade deva ser percebida – ou construída – pelos demais, por intermédio das imagens aí e assim difundidas. Por esses instrumentos, elas abrigam maneiras institucionalizadas de percepção individual-coletiva. Uma habilidosa estratégia de análise que pretende tornar objetivas as produções subjetivas dos indivíduos.

Assim, onde Durkheim e Mauss falavam de “representações coletivas” que permitiam sistemas de classificação para a compreensão do mundo e da sociedade, que apontavam as categorias pelas quais a realidade era socialmente apreendida e construída, atualmente pensamos também em representações mentais que exibem as formas legítimas e possíveis para as relações estabelecidas pelos indivíduos ou

grupos com o universo social. São “*matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social*”, como diz Roger Chartier (2002: 72)

Para o pesquisador torna-se atraente desenvolver suas investigações sobre o tecido societário a partir dessa “matriz”. Analisar as representações instituídas favorece o entendimento do processo que conduziu os agentes humanos a construir suas representações de vida social e também permite evidenciar os jogos de poder que lhes são subjacentes. A utilidade desse conceito é inquestionável e atravessou as fronteiras originais nas quais se produziu. Com a potência explicativa de sua articulação entre a ordem social e as categorias subjetivas, mentais, as representações se difundiram também no espaço da psicologia tal como já sugeriam Peter Berger e Thomas Luckmann: “*poderia ser chamada uma psicologia sociológica, isto é, uma psicologia que deriva suas perspectivas fundamentais da compreensão sociológica da condição humana.*” (Berger et al, 1974, p. 243) E foi no terreno da denominada Psicologia Social que as representações encontraram também um solo fértil para sua propagação. Desde os idos da década de 1950, Serge Moscovici desenvolveu francas abordagens sobre as representações sociais em psicologia e o processo social de construção do conhecimento limitando os aspectos até então individualistas e isolados do comportamento humano psicologizado.

A abordagem das representações sociais – na medida em que permite apreender as formas e os conteúdos da construção coletiva da realidade social – escapa às limitações e erros dos modelos individualistas dominantes, até há pouco, na psicologia social. (Jodelet, 2004, p. 25)

Com isso, as representações – coletivas, mentais ou sociais – conquistaram um amplo território de aplicação e um vasto acervo de pesquisas desenvolvidas com sucesso. Ao lado de sua característica mais marcante – forjar e demonstrar a socialização dos indivíduos e dos seus hábitos

mentais, “livres” e “interiores” – as representações trouxeram outras implicações já presentes desde o início de sua utilização no alvorecer do século XX. Trata-se de sua vinculação com a linguagem.

A linguagem mostrou-se como o veículo preferencial de transmissão e acomodação das representações humanas socializadas. Maurice Halbwachs, em 1925, já estabelecia como a linguagem tornara-se a condição mesma do pensamento coletivo em sua obra *Les cadres sociaux de la memorie*:

Os homens que vivem em sociedade usam palavras e compreendem seu sentido: é a condição do pensamento coletivo. Cada palavra se acompanha de memórias ... Nós falamos nossas memórias antes de evocá-las: é a linguagem, e é todo o sistema de convenções sociais que lhe são solidários, que nos permite a cada instante reconstruir nosso passado.
(Halbwachs, 1994: 279, tradução minha)

A linguagem se constitui no alicerce no qual se sustentam as representações. Não é possível convocar as representações como explicação histórico-sociológica da inserção societária do humano sem que para isso se convoque também as questões relativas à produção da linguagem. A ponta fina dos instrumentos representacionais, aquela que efetivamente executa e realiza o processo de representação em cada ser social, é dada pelo uso e pela prática dos instrumentos linguísticos. Esta correlação exercida pela linguagem, que vincula indivíduo e sociedade, já se encontrava presente nos estudos históricos do século XIX, quando se definia a constituição das nações como comunidades que partilhavam um idioma comum. O caráter nacional – base da integração de indivíduos em coletivos – centrava-se no compartilhamento de valores sustentados pelo uso comum de uma mesma estrutura linguística. Os “nacionais” eram indivíduos socializados por intermédio de um conjunto de hábitos e costumes expressos pelo e no idioma.

Essa vinculação com a linguagem conduziria a história por novos e conflitantes caminhos após um

período de largo otimismo com as teorias representacionais. No fim da década de 1980, o enfoque sobre as representações em história entram em uma fase crítica, menos ambiciosa e mais cuidadosa, colocando-se na defensiva contra o avanço das novas consequências advindas das reivindicações dos estudos literários.

Desde o início do século XX houve uma profunda e abrangente dedicação aos estudos da linguagem em diversas latitudes acadêmicas – da filosofia à sociologia e da antropologia à psicanálise. Na esfera mais específica desses estudos, Saussure funda a Linguística “científica” preocupado em compreender a estrutura da linguagem. Em seu curso, editado postumamente em 1916, propõe ao futuro o advento de uma ciência mais geral dos signos, Semiologia, que analisaria de forma mais ampla os problemas de linguagem, de seu uso, e os processos de comunicação. A partir dos anos da década de 1940 será usual referir-se a Saussure como o fundador do Estruturalismo, graças também à presença de Lévi-Strauss, que trouxe as questões de linguagem – especialmente articuladas com a psicanálise – para o interior da antropologia. Foi na esteira desse estruturalismo antropológico levi-straussiano que, na cena francesa dos anos das décadas de 1950 e 1960, nasceu a semiologia contemporânea pelas mãos de Roland Barthes.

Com Barthes, a linguagem invade definitivamente as ciências sociais e a vertente filosófica da escola analítica perde terreno como a grande especialista responsável pelas análises linguísticas. Desde o Círculo de Viena, na década de 1920, a filosofia analítica da linguagem ocupava uma posição central nesse universo focando seus aspectos internos: a sintaxe e a semântica. Já com a semiologia barthesiana a preocupação estava concentrada na instância de uso, na pragmática. Elabora-se o conceito de “sentido” para ocupar o lugar logocêntrico do significado – meramente semântico – que emergia das palavras, em si e por si. O sentido de um texto dependia e era forjado por um sujeito falante – o ser social usuário das palavras – para estabelecer a

significação desse texto. O texto deixava de ser algo fechado em si, interno à linguística, uma propriedade privada da análise literária e abria-se para a prática coletiva de sua utilização socializada. No uso das palavras, na cena discursiva, na enunciação dessas palavras, é que o texto ganha seu sentido, sua significação simbólica como forma de intervenção na realidade social: o texto como produto e produtor dessa realidade.

O após-o-estruturalismo que daí adveio consolidou dois termos para a base das percepções linguísticas: a linguagem como o laço social fundamental e o registro do simbólico como componente, como elemento constitutivo da realidade. Assim trabalhou Foucault situando-se na ordem dos discursos em suas investigações sobre a genealogia dos poderes. Assim nasceu uma nova disciplina, a análise dos discursos francesa. E assim também trabalhou Bourdieu concentrando-se no poder simbólico das práticas sociais. Foi a fase vitoriosa do ataque histórico-sociológico da semiologia aos estudos de linguagem, sobrepujando as análises estritamente linguísticas ou filosóficas.

Até aí as teorias representacionais foram bem. Havia uma certa dose de satisfação e de um otimismo vencedor nas disputas acadêmicas contra o realismo ingênuo ou o cientificista, ainda positivista e factual. Pensava-se que enfim se compreendia melhor a extensão e a forma do significado de uma “construção social da realidade” e do relativismo daí decorrente. Havia novos instrumentos semiológicos para detalhar esse construtivismo, cuja qualificação mais precisa seria a de uma “construção simbólica da realidade”. Ou seja, a realidade humana é uma realidade simbólica, uma realidade estruturada na instância simbólica das representações sociais. Trata-se de uma realidade relativizada pelas representações, dependente da estrutura e das relações simbólicas existentes. Esta era a única forma pela qual a realidade se apresentava. Não havia mais espaço para nenhum ser em si, nem o Real. Como gostava de dizer Lacan, “*o Real é impossível*”. O Real em si – fora do registro simbólico, fora das palavras – é

uma fantasmagoria, somente há uma realidade captada, percebida e vivida na instância simbólica, como representação. O “Real” que conhecemos encontra-se vestido pelas palavras, jamais nos aparece em sua essência, desnudado de suas vestes simbólicas. Ao humano não é dado o direito de estar ante o Real sem sua representação.

Assim se consolidou – sem traumas – o relativismo cultural já bem aceito na antropologia. Afinal, há uma evidência empírica: as diversas culturas – ou estruturas de relações simbólicas – são, todas igualmente, formas bem sucedidas de sobrevivência societária humana no mundo natural. Dos aborígenes australianos aos quíchuas peruanos. O que varia é a forma de representação da realidade.

A história, em particular, conduzia bem esses resultados. Produzia narrativas que descreviam o sucesso explicativo das representações.

Entretanto esse olhar possuía desdobramentos outros. “Discurso” e “texto” tornaram-se palavras do momento no qual a linguagem adquiria sinonímia com poder. Ambigualmente decretava-se “tudo é texto” para expressar esse novo poder: o da linguagem. Poder do texto, construção da realidade pelo texto. E aqui surgiu uma reação problemática advinda dos estudos literários. Aquela ambiguidade do “tudo é texto” se explicita em “todo poder ao texto”. Em sua forma mais dura, os estudos literários apresentam a linguagem como estrutura independente, fechada em si, e assim desenvolvem uma crítica às pretensões cognitivas de um texto. Faz-se a crítica ao sentido pretendido pelas narrativas, ao conhecimento produzido pela narrativa – que tanto sucesso fazia na área de história. Assim constatava e lamentava-se Chartier: “*A realidade não deve mais ser pensada como uma referência objetiva, externa ao discurso, mas constituída pela e na linguagem*”. (CHARTIER, 2002, p. 88) A narrativa como um jogo de palavras pelas palavras. Instalou-se o *linguistic turn*, produzindo uma crise na história.²

Para detalhar melhor essa “crise” proponho aqui um certo estratagema. Há que separar, com fins

analíticos, dois níveis imbricados do trabalho de pesquisa, o do objeto e o do sujeito: um o das suposições que se faz a respeito da lógica do tecido social, das ações e do comportamento dos agentes pesquisados; outro, o do próprio relato da pesquisa produzida, o nível da escrita. Até agora, neste texto, tratei do primeiro caso: as representações como hipótese de trabalho que supõem como os agentes sociais se articulam entre si e com o mundo. Nada foi dito sobre a narrativa que o pesquisador produz para sintetizar e “explicar” sua pesquisa. Evidentemente, esses dois níveis estão relacionados e há casos em que esta imbricação está mais acentuada e seria desastroso tentar a separação.³ Reconheço que minha proposta possui certa artificialidade. Quando o pesquisador delimita o tema ou impõe uma classificação para seu objeto já elabora uma predisposição para a escrita, já seleciona a forma de narrativa. Mas será útil separá-los para melhor entendermos a crítica originada pelos estudos literários.

O *linguistic turn* desqualificava a narrativa como expressão de um conhecimento sobre algo. A distância entre história e ficção foi anulada. A história pertenceria a um gênero literário e não mais às ciências sociais. As representações como modelo bem resolvido para os objetos de estudo – as populações, as relações inter-pessoais com o mundo – não adquiriam o mesmo estatuto bem sucedido ao se apresentar como uma narrativa representacional sobre esses mesmos objetos. A escrita da história foi posta em xeque, um xeque epistemológico, cognitivo. Transformou-se em um capítulo da retórica. Aos historiadores perguntava-se, com o intuito de apagar sua especificidade: “qual a diferença entre a narrativa histórica e narrativa ficcional?”. Afinal, ambas são narrativas ...

Evidentemente essa crítica à narrativa histórica produzida pelo *linguistic turn* decorre de uma percepção da linguagem como algo independente da cena mobiliária que preenche o mundo, autônoma de suas condições de produção. A autonomia do texto narrativo é então suposta e garantida pela estrutura

independente na qual a linguagem se encerraria hipoteticamente. Os estilos narrativos – já bem estabelecidos e analisados no contexto dos estudos literários – é que estabeleceriam o formato de independência textual, a linguagem encerrada em sua lógica própria, em sua clausura.

Não encontro, entre os partidários das teorias representacionais, uma resposta satisfatória e consistente a esses dilemas postos pelo *linguistic turn*, ao seu relativismo cognitivo. Aqui neste artigo trarei a hipótese “pós-social” de Knorr Cetina, desenvolvida em outro cenário de problemas, como contribuição para equacionar as aporias colocadas. Para avançar um pouco na alternativa que proponho, posso adiantar que ocorre aqui uma derrota para o logocentrismo, para uma compreensão de linguagem centrada em um mentalismo já clássico e bastante danoso às ciências sociais. Hoje, ainda que travestido e disfarçado, por força do avanço iconoclasta das compreensões das ciências sociais, permanece em sobrevida o mito racionalista em inúmeras áreas de discussão. Nas questões de linguagem, o mito reaparece em sua plenitude, um mito nunca demonstrado a não ser pela lenda bíblica e pelo desejo e subjetividade dos arautos do Iluminismo – “o homem se distingue dos animais pela razão consciente e pela linguagem”. O Verbo como uma substância, como o diferencial humano, como expressão de sua racionalidade, como representação – sim, representação – da excepcionalidade e da sacralidade do humano. Uma representação mental construída para demonstrar a lendária superioridade humana, a “demonstração” da existência de uma propriedade ontológica para o *homo sapiens* que já lhe fora atribuída em seu batismo: o ser dotado de grande sabedoria: *homo sapiens sapiens*. Em síntese, o que está por trás desse imbróglio é a suposição da linguagem como uma produção mental logocêntrica de um ser excepcional. Esta sobrevivência secular só é possível pois as ciências sociais não foram até hoje críticas o suficiente para desalojar completamente o mito. Com a hipótese de Knorr Cetina evidencia-se um certo esgotamento do modelo

– ainda com traços iluministas – para o ser social. Há necessidade de uma renovação nas ciências sociais para dar conta dos novos desafios. E um outro desafio, articulado com este, ocorre nas disputas que se desenvolvem em torno do binômio estrutura-agência. Na análise desse par estrutura-agência, chegaremos a impasses semelhantes ao que encontramos aqui, nas discussões sobre as teorias representacionais.

ESTRUTURA VERSUS AGÊNCIA

Nas décadas de 1950-1960, por força da presença do marxismo estrutural, do estruturalismo antropológico e do funcionalismo estrutural os modelos sociais baseados no voluntarismo das decisões racionais e na ação individual centrada em intenções conscientes sofreram um certo refluxo. O indivíduo livre tornara-se impróprio como agente das ocorrências sociais. As estruturas dominavam a cena e o ator social era efetivamente um simples ator, interpretava papéis determinados pela estrutura. Havia um certo mecanicismo determinístico e uma compreensão razoavelmente estática da sociedade. Interrogavam-se, na época, sobre a necessidade de se entender como ocorriam as transformações estruturais e qual era efetivamente o lugar dos humanos nessa lógica de “estruturas profundas”, como se dizia. Havia inúmeras lacunas explicativas, uma delas era referente às questões relativas ao conceito de “progresso”. Como explicar o progresso, moral ou tecnológico, sem a presença do indivíduo como decisor com alguma autonomia das estruturas? Esboçavam-se novas direções para as ciências sociais. O império das estruturas mostrava-se exaurido.

Ainda no fim dos anos de 1950 Charles Wright Mills, em seu “*Sociological Imagination*”, reagiu a esse predomínio. Ele criticou o funcionalismo parsoniano ao defender uma certa possibilidade de ação para os indivíduos, para atuarem como atores sociais apesar da coerção das estruturas. Ele supunha que os atores sociais não estavam banidos das responsabilidades sobre o evoluir societário e que o

modelo que tomava a estrutura como determinante das ações individuais revelava uma situação explicativa precária para a sociologia. Ele compreendia que a “promessa” da sociologia estaria mais em investigar e expor a tensão existente entre a ação individual e as propriedades estruturais da sociedade.

Logo em seguida, Peter Berger e Thomas Luckmann, em “*A construção social da realidade*”, de 1966, também contribuem para pensar a “*interação social na vida cotidiana*”, considerando que tanto a linguagem como o processo de conhecimento sejam assim desenvolvidos – interativamente – nas práticas diárias. (BERGER et al, 1974, pp. 46-68). A partir de marcos fenomenológicos e caminhando na trilha da sociologia do conhecimento de Mannheim esses autores realizam uma proposta inovadora para a compreensão do mundo social. O processo de conhecimento humano torna-se um elemento prioritário nas considerações sociológicas sobre a sociedade. O determinismo das estruturas é rejeitado pela relação recíproca entre as ações institucionais (das estruturas) e as ações individuais:

É importante ter em mente que a objetividade do mundo institucional, por mais maciça que apareça ao indivíduo, é uma objetividade produzida e construída pelo homem. (...) é importante acentuar que a relação entre o homem, o produtor, e o mundo social, produto dele, é e permanece sendo uma relação dialética, isto é, o homem (evidentemente não o homem isolado mas em coletividade) e seu mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro. O produto reage sobre o produtor. A exteriorização e a objetivação são momentos de um processo dialético contínuo. (BERGER et al, 1974, p.87)

A síntese que esses autores produzem é notória da inter-relação indivíduo-sociedade: “*A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social*”. (BERGER et al, 1974, p.87)

Na década seguinte, de 1970, novos esforços se desenvolveram especialmente por Anthony Giddens

e Pierre Bourdieu para compreender a tensão entre as estruturas e os atores sociais. A preocupação de ambos está em superar o caráter estático das estruturas e indicar modos pelos quais ocorre uma dinâmica transformadora. Contra a percepção inicial, devido a seu uso metafórico – o conceito de “estrutura” evoca algo rígido e estacionário – esses autores pensavam mais em um caráter de estruturação e de ações estruturantes. Todo uso de metáforas acarreta problemas de precisão e aqui não foi exceção. Definir o conceito trouxe inúmeras dificuldades, inclusive por não haver um consenso entre as diversas disciplinas das ciências sociais. História, sociologia e antropologia não partilham exatamente das mesmas propostas envolvendo o conceito de “estrutura”. O próprio Giddens apresenta soluções com ambiguidade e pontos obscuros. Ele a supõe como formada por “*regras e recursos*” que implicam na reprodução de sistemas sociais. “*A estrutura existe só como traços de memória*”. (GIDDENS, 1984, p.377) Veremos que daí decorrem sérias dificuldades, especialmente na contradição que se mostra entre recursos (que deverão apresentar uma materialidade) e a imaterialidade da estrutura.

Giddens apresenta uma proposta com aspectos bem interessantes, como supor a “*dualidade das estruturas*”. Em sua “*teoria da estruturação*”, as estruturas são “*tanto meio como o resultado das práticas que constituem sistemas sociais*” (GIDDENS, 1981, p. 27). As estruturas formam práticas humanas e essas práticas é que constituem e reproduzem as estruturas. Assim, a agência humana e a estrutura, longe de estarem em oposição, pressupõem uma a outra. Assim o conflito aparente entre estrutura e agência (para Giddens sempre se trata de uma agência humana) é desfeito e tem-se mais uma integração.

Mas voltemos à definição de Giddens para estrutura como composta por “*regras e recursos*”. William Sewell, um importante analista crítico de Giddens, vê sua forma de pensar a estrutura – como algo imaterial: as “regras” – bastante similar ao formato do estruturalismo linguístico de Saussure. A

distinção entre estrutura (só de regras) e prática (o uso dessas regras) seria análoga a que Saussure postula para *langue* e *parole*.

Segundo esta analogia, a estrutura está para a prática assim como a *langue* (as regras que permitem a produção de orações gramaticais) está para a *parole* (a fala ou a produção de orações reais). Aqui a estrutura, tal como a *langue*, é um complexo de regras com uma existência “virtual”, enquanto que a prática, como a fala (*parole*), é uma ratificação dessas regras no espaço e no tempo. (SEWELL, 1992, p. 6, minha tradução)

Na interconexão entre o agente humano e a estrutura essa noção de regras é essencial. Ela é adequada à noção de Giddens para o ator humano, como aquele que pode conhecer. É o conhecimento das regras que torna esse agente humano capaz de executar uma ação. O conhecimento do agente é fundamental, em Giddens, para a sua vinculação com a estrutura.

Entretanto é no outro componente da estrutura, os “recursos”, onde a perspectiva de Giddens apresenta os maiores problemas. Giddens define recursos, em *Central Problems in Social Theory*, como “*os meios pelos quais a capacidade de transformação é empregada como poder no curso da rotina de interação social*” (GIDDENS, 1979, p. 92, minha tradução). Sewell já implica com esta definição e critica sua redação, sugerindo outra mais clara: “recurso” é “*algo que pode servir como uma fonte de poder nas interações sociais.*” (SEWELL, 1992, p. 9, minha tradução) Sewell especula que as dificuldades de Giddens para definir o conceito de estrutura são decorrentes da distância que ele deseja manter do estruturalismo de Lévi-Strauss. Por esta razão ele não se satisfaz com a ideia de estrutura meramente confinada a regras e necessita adicionar esse outro termo, “recursos”, na sua constituição.

Os recursos são de duas diferentes modalidades: recursos humanos e não-humanos. Como Sewell sintetiza, os recursos não-humanos são objetos, animados ou inanimados, que ocorrem naturalmente ou são objetos manufaturados. Esses recursos não-

humanos podem ser usados para realçar ou manter o poder. Os recursos humanos são especialmente a força física, as habilidades desenvolvidas e o conhecimento que podem ser usados para realçar ou manter o poder. Ambos os tipos de recursos são meios de poder. A concepção dos seres humanos como agentes decorre da possibilidade de que eles tenham acesso aos recursos de ambos os tipos, humanos e não humanos. (SEWELL, 1992: 9-10)

Aqui já ocorre uma grave contradição. Enquanto a estrutura é algo imaterial os recursos que a constituem, especialmente os não-humanos, estão plenos de materialidade. Como conciliar este conflito? E os recursos humanos, são somente recursos da instância do mental? A materialidade do humano está excluída? E a prática humana que possui necessariamente aspectos concretos e materiais, deverá ser excluída? Devemos substituir o conceito de prática pelo de atividade mental? Ora, não encontro modo de conciliar a noção de estrutura composta de “regras e recursos” com a ideia de imaterialidade da estrutura.

O modo mais simples de conceituar estrutura seria voltar ao ponto de partida de Giddens no estruturalismo e afirmar que a estrutura se refere só a regras ou esquemas, não a recursos, e que os recursos devem ser pensados como um efeito das estruturas. Deste modo, as estruturas conservariam a sua qualidade virtual, e as distribuições concretas de recursos seriam vistas não como estruturas mas como meios animados e formados pelas estruturas, isto é, por esquemas culturais. (SEWELL, 1992: 11, tradução minha)

Mas essa crítica de Sewell não encerra as dificuldades com a teoria de estruturação de Giddens. Faz bastante sentido pensar estruturas somente compostas de regras, tal como ocorre em uma estrutura linguística, porém como trataríamos dos componentes materiais da sociedade? Se os elementos materiais não fazem parte da estrutura, se são somente efeitos dessas estruturas então não haveria dualismo e reciprocidade com as estruturas? Fico obrigado a avaliar a ação desta materialidade

sobre as estruturas para resgatar esse dualismo necessário. Necessito entender como a materialidade atua. Se é assim, aqui abrem-se novas alternativas: ao lado da agência estritamente humana devo considerar a agência material das coisas?

A questão da agência em Giddens reflete algumas sobrevivências indesejáveis. Ao restringi-la somente a humanos significa que a agência é devida a qualidades intrínsecas e especificamente humanas, tais como a intenção que antecipa a ação, o voluntarismo e a consciência racional que orienta as decisões. Se a agência é tão somente agência humana, estamos na cena da ruptura que diferencia os seres humanos dos demais objetos do mundo. Logo, retornamos aos antigos mitos do humanismo racionalista, mitos construtores da representação da superioridade humana. Isso remete a algumas interrogações. Será que o conceito de “agência” só pode ser aplicado a humanos? O que nos impede de pensar em agenciamento como algo mais amplo? As coisas podem agenciar? Os objetos naturais e os artefatos tecnológicos produzem agência?

O isolamento e a separação do humano, parece-me, implica em mais problemas do que em soluções. Da forma que se apresenta, o problema de **estrutura versus agência** está acarretando mais dificuldades do que as que já proliferam no território das ciências sociais. Foi uma boa tentativa para amenizar tanto o determinismo tecnológico quanto o determinismo social, mas foi insuficiente. Como enfrentar de maneira mais consistente esses determinismos, o social e o material?

Uma das maiores vantagens que percebo nas teorias de estruturação é a aposta para ultrapassar – através do dualismo, da reciprocidade entre estrutura e agência – essa dupla determinação da visão estática e mecânica da sociedade. A noção de processo interativo entre as partes que compõem o mundo social é um ingrediente necessário para nosso momento explicativo. Entretanto, apesar do esforço das teorias de estruturação – e não de estruturas estacionárias – em buscar a mobilidade societária, permanece ainda alguma separação, há partes

isoladas umas das outras. Não há interação suficiente.

Ainda persiste uma ruptura entre os humanos e as coisas do mundo, entre o social e o material. Daí decorre supor que o mundo social seja estabelecido estritamente pelas relações dos humanos entre si. Ora, mas há sociedade fora, independente, do contexto natural no qual cada grupo societário se desenvolveu? O mundo natural é ou não é necessário para se pensar na existência de uma sociedade, qualquer sociedade? Penso que as interações múltiplas que cada indivíduo realiza com as coisas do mundo e com os demais indivíduos encontram-se na base da constituição do mundo social. Assim nos ensina a antropologia.

O conceito de estrutura já se mostrou bastante produtivo e não sugiro seu abandono, mas, sim, a suspensão temporária desta discussão para que se avalie o quadro mais abrangente no qual as questões históricas e sociológicas estão se debatendo. Hoje necessito de um deslocamento nos pressupostos que antecedem esta discussão. Quero ampliar o horizonte de nossa visada histórico-sociológica e enfrentar alguns “paradigmas” pouco questionados usando uma leitura “pós-social” do mundo social.

O PÓS-SOCIAL E A INTEGRAÇÃO DO HUMANO ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA

Neste pequeno texto farei a defesa da proposta “pós-social” – introduzida por Karin Cetina⁴ – através dos principais argumentos que fundamentam essa orientação que se opõe fortemente à ruptura sociedade-natureza – refletida no corte social-material. Até aqui apresentei criticamente dois tópicos usuais nas ciências sociais que contrariam essa hipótese de “pós-social” ao produzirem a separação entre o social e o natural: as teorias representacionais e o modelo de estrutura-agência. O objetivo aqui é resgatar uma posição integrada para os humanos e que vença a separação entre natureza e sociedade. A proposta solicita que se incluam os objetos, naturais ou manufaturados, como agentes materiais ao lado dos típicos agentes humanos.

A separação entre sociedade e natureza é uma representação social. Uma representação que já demonstra um esgotamento de sua utilidade. Em sua essência, ela é um mero reflexo de uma outra representação, igualmente restritiva das percepções contemporâneas sobre o mundo social. Trata-se da ruptura entre mente e corpo.

Se já houve alguma importância útil nesta separação entre o físico e mental, ela está confinada ao século de Descartes. No século XXI, após tantas críticas – pelo menos do marxismo, da psicanálise e do estruturalismo antropológico – não há mais condições, nem lógicas nem históricas, para sua sobrevivência.

Aquelas “nobres” atividades consideradas tipicamente (das mentes) humanas, tais como a música, as artes, a linguagem ou o conhecimento, são atividades que possuem um aspecto mental, servem de demonstrativo da excepcionalidade das qualidades mentais humanas, de sua razão e sensibilidade. Mas este é só um aspecto. Não há música, pintura, ciência ou até mesmo a linguagem, sem um outro aspecto, o material. Essas atividades só ganham realidade após sua materialização, ao se transformarem em objetos materiais. Nada – dentre as realizações humanas – é exclusivamente mental, nem o “pensador de Rodin”. Aquilo que se julga como atividade estritamente mental é uma forma interativa de ação que envolve o psíquico e sua realização física, material.

Esta é a motivação para se convocar o conceito de “prática”, a prática como a agência humana. É a maneira pela qual os humanos realizam suas ações, simultaneamente mentais e materiais. A prática envolve interativamente mente e corpo, espírito e matéria, é uma ação de intervenção no mundo. A prática é pensamento e ação e que ocorrem em situações historicamente determinadas. A prática é a maneira pela qual as existências se realizam no mundo. As vivências, os hábitos e costumes são concretizações das práticas rotineiras que estabelecem a historicidade de cada indivíduo. A prática nunca é um ato isolado que reflete um agente

solitário, sempre atua em algo e situa-se em um contexto de ação. É através da prática que as percepções do indivíduo sobre si e sobre o mundo se fazem. É o ponto de encontro da subjetividade com a objetividade. A prática é uma ocorrência *no* mundo. Sherry Ortner já fazia sua defesa nos idos da década de 1980 e propunha que o estudo da prática seria o estudo de todas formas de ação humana.

“Argumentarei que um novo símbolo chave de orientação teórica está aparecendo, e que pode ser chamado “prática” (ou “ação” ou “praxis”). Nem sequer é uma teoria ou um método em si, mas, como eu disse, um símbolo, o nome sob o qual uma variedade de teorias e métodos estão sendo desenvolvidos.” (ORTNER, 1984, p126, tradução minha)

Com esse envolvimento com a perspectiva da prática, já promovemos um deslocamento para os bastidores compreensivos das teorias representacionais. Uma representação mental nunca é estritamente mental. Mas decorre de uma prática societária que a autoriza e enforma. As representações são produtos de formas de vida,⁵ organizam e dão sentido às existências. As representações emergem de práticas vivenciais e reafirmam essas vivências. As representações, mentais ou não, são sintomas. Sintomas de algo que se realiza no mundo concreto em que as sociedades se localizam. São meros sintomas de práticas.

Dentre todas representações, uma que solicita mais atenção é a que se refere ao conhecimento. O saber mostrado como uma “teoria” – uma representação – é um dos maiores aliados da visão mentalista que fraciona o humano entre o intelecto, o cerebral, por um lado, e o corpo físico, por outro. A teoria suposta como pura expressão da atividade intelectual, da razão. Assim trabalham uma história das ideias filosóficas ou uma história das teorias científicas. Ambas são úteis para compreender o evoluir das ideias como ideias, porém anacrônicas e ineficientes como história propriamente dita. Seu modelo explicativo está centrado na figuração anedótica de que o progresso civilizacional estaria

demonstrado através de uma pirâmide de “grandes homens”, geniais, uns apoiados sobre os outros. “Gigantes sobre os ombros de outros gigantes”. Einstein sobre Laplace que está sobre Newton que está sobre Galileo.

Mas, o conhecimento é um saber que decorre de um viver, de um fazer. Especialmente o saber científico é um conhecimento eminentemente decorrente de interações com o mundo, de intervenções concretas no mundo. O saber da ciência é um fazer. Tratam-se de observações, de ingredientes empíricos, de medidas e de testes experimentais. Se falarmos das ciências naturais então essa situação interativa ainda ganha outro viés mais esclarecedor dos prejuízos e absurdos compreensivos impostos pela partição mente-corpo ou, de sua generalização, a partição sociedade-natureza. Afinal é um saber produzido em sociedade porém que atua sobre a natureza. Para compreender as ciências naturais seria um *nonsense* manter a separação entre sociedade e natureza. Essas partes mantidas separadas estão integradas na sua prática de produção.

Estou aqui defendendo dois suportes para entender melhor a atividade científica, são dois suportes interligados. Um é que a ciência será compreendida de forma empobrecida se meramente a supormos como uma teoria, uma forma de representação. A ciência é, de fato, não um produto da introspecção mental de seres “geniais”, mas um fazer interativo com o mundo e suas coisas. Ciência como uma prática produzida por sujeitos empiricamente entrelaçados com o mundo. Não há como manter a separação entre produção intelectual e intervenção material. O outro suporte compreensivo vem da caducidade de ainda supormos a separação sociedade-natureza. Ciência é a denominação para uma forma de interação entre sociedade e natureza. É uma ação dos homens sobre o mundo natural.

E isto, sem falar no seu produto mais invasivo do tecido societário e de uma completa constituição material: a tecnologia. Os produtos técnicos e tecnológicos são a maior demonstração do amálgama

entre sociedade e natureza. Desde as mais simples ferramentas há uma integração efetiva entre o social e o natural. O próprio corpo de cada artefato produzido retrata essa coexistência entre sociedade e natureza. A natureza invade a sociedade através dos produtos naturais socialmente constituídos. Isso solicita que se avalie o conceito de agência como uma qualidade estrita dos humanos. Há uma agência material. As coisas atuam e afetam os humanos. Penso que há uma vantagem explicativa se utilizarmos o conceito de agência material para designar a forma pela qual as coisas do mundo material atuam sobre os humanos. Devo ampliar minha concepção de agência – como aquilo que é somente oriundo das intenções e decisões humanas – e expandi-la para as coisas materiais, evidentemente sem dar às coisas propriedades animistas de uma pseudo-vontade intencional. Penso agência simplesmente como a propriedade de afetar. A agência é sempre interativa, entre dois, e ambos são afetados pela presença do outro. Tal como o artefato tecnológico afeta tanto a natureza quanto a sociedade.⁶

E essa produção de artefatos é em si, também, uma produção de uma “nova” sociedade. A sociedade muda por intermédio das interações que os seres sociais estabelecem com o mundo. Assim saiu-se da pedra lascada para a polida e daí para a era dos metais. Novos artefatos, novas sociedades. Essa prática interativa é produtora de novas entidades. Mudam o mundo social e o natural. A natureza não é mais a mesma desde que milhares de anos de interações com os humanos a transformaram radicalmente, que o digam os ambientalistas. Nem a sociedade permanece imutável, após cada “revolução” tecnológica. Hoje, não há mais espaço para a sobrevivência da separação mítica entre sociedade e natureza, nem entre mente e corpo. Até mesmo no marxismo originário estavam lá “*forças produtivas*” e “*relações de produção*” como caracterizações desse dueto de envolvimento mútuo.

Ciência é muito mais do que uma representação mental de como os humanos compreendem o mundo,

um mero conhecimento. Ciência é a forma pela qual os humanos transformam o mundo, o social e o natural. Mais do que simplesmente um conhecer representacional, é um fazer. Uma prática interativa.⁷

Karen Barad apresenta uma notável hipótese para as agências em sua “teoria” da prática. Ela usa a expressão “intra-ativo” para designar o caráter interativo, porém trata-se de uma interação entre partes e que é simultaneamente constitutiva dessas partes. É mais do que simplesmente interativo, é “intra-ativo”, pois produz novos sujeitos.⁸ Exatamente como ocorre entre natureza e sociedade por ação da tecnologia, ou do saber científico. A tenociência é uma prática “intra-ativa” pois produz uma nova sociedade e uma nova natureza.⁹ Os sujeitos se fazem sujeitos – transformados – enquanto interagem. Assim, uma agência pretensamente isolada sempre supõe sua recíproca.

Dessa forma, aquilo que denominamos de humano nada mais é do que o produto de longas interações – “intra-ações” – dos diversos grupos primitivos com o ambiente natural, “intra-ações” que fizeram o sujeito *homo sapiens*, reconhecido há trinta mil anos. “*O processo de tornar-se homem efetua-se na correlação com o ambiente (...) que é ao mesmo tempo um ambiente natural e humano.*” (Berger et al, 1974: 71) Não nascemos como *homo sapiens*, nos tornamos – através das práticas “intra-ativas”.

Chegamos enfim a nosso último tópico de combate, o mais árduo. Falei que as representações estavam apoiadas na linguagem, e esta servia de garantia para se privilegiar o universo mental e suas produções como que encerradas em si mesmas. A linguagem em sua clausura. Daí o *linguistic turn* brandiu sua bandeira da “ficção total” contra a história e contra todas narrativas com alguma pretensão realista. A base de seus argumentos encontra-se na “visão mentalista da linguagem” – como o traço diferencial humano que o pressupõe como “o ser da linguagem”, posto que, racional. Chartier não avançou, ou não pôde avançar sua defesa em favor de algum realismo para as representações pois esbarrou nesse obstáculo, intransponível, para ele: a

linguagem como produção mental, encerrada em si, independente das condições de produção.

Para simplificar vou diretamente ao núcleo de meu argumento de oposição. Já há muitos anos, 1964, foi formulada uma hipótese antropológica baseada em uma etnografia dos instrumentos humanos pré-históricos de intervenção no mundo. Esta hipótese fornece uma outra explicação, bem diferente, para a formação da linguagem entre os humanos. Ela não ganhou a merecida audiência devido ao contexto hostil que então predominava – e ainda hoje predomina – de uma ortodoxia que se refugia dogmaticamente em uma visão mentalista da linguagem.

A hipótese se apóia na noção de que as agências humanas socializadas são **práticas compartilhadas**¹⁰ que se associam a **significações** igualmente **partilhadas** em cada grupo societário. Leroi-Gourhan, seu autor, investiga o modo pelo qual o homem primitivo realizava suas intervenções no mundo através da confecção de ferramentas e utensílios. Cada artefato produzido segue uma sucessão de passos encadeados, de etapas necessárias para seu fabrico. São operações encadeadas – “*cadeias operatórias*” – associadas à cada agência específica, à cada utensílio/ferramenta. Assim, produzir uma “faca” a partir de uma pedra lascada solicita que se obedeça a uma certa lógica de confecção: encontrar a pedra adequada, saber quebrá-la segundo uma clivagem determinada que deixe uma lâmina cortante à mostra, e saber usá-la. O objeto assim produzido vai além de sua concretude material, ele solicita a apreensão de sua “*sintaxe operatória*”, da sua lógica de fabricação e manuseio, para se transformar em objeto utilitário comum e de uso continuado no grupo social. (LEROI-GOURHAN, 1990, pp. 116-117) Aprender a sintaxe, a lógica de produção daquele artefato, é uma operação simbólica que implica em reter a significação expressa naquele fabrico. Aquele artefato somente ingressará na sociedade se sua significação for capturada e partilhada, comunicada entre os pares. Há necessidade de que cada artefato seja acompanhado de sua expressão simbólica.

Evidentemente o nível de sofisticação simbólica é bem diferente entre uma simples pedra lascada e um objeto mais complexo ou técnica mais elaborada, como a produção de uma ferramenta de metal para arar a terra, ou mesmo a produzida por um osso ou madeira. O nível de demanda simbólica necessária para expressar a sintaxe operatória de fabricação e uso de um arado é bastante superior ao lascar uma pedra.

Assim, Leroi-Gourhan nos conduz para a hipótese da produção simultânea da linguagem e do uso das técnicas instrumentais. “*O homem fabrica utensílios concretos e símbolos, uns e outros resultantes do mesmo processo*”. (LEROI-GOURHAN, 1990, p 116) Afinal, para Gourhan, “*não há razão para separar, nos estádios primitivos dos antropídeos, o nível da linguagem do utensílio*”, e no evoluir histórico do homem “*o progresso técnico está ligado ao processo dos símbolos técnicos da linguagem*”, no qual parece haver uma articulação sincrônica entre a linguagem e as técnicas utilizadas, que se desenvolvem interativamente, em unidade, como um conjunto, e assim pode-se associar “*aos australopitecos e aos arcanthropos uma linguagem de nível correspondente ao dos utensílios*”. (LEROI-GOURHAN, 1990, p 117, grifos meus)¹¹ Evidentemente que ao chegarmos na idade dos metais já nos aproximávamos de uma linguagem bem mais complexa do que aquela empregada pelos antropídeos primitivos.

A ligação entre técnica e linguagem ocorre pois “*a técnica é simultaneamente gesto ou utensílio, organizados em cadeia por uma verdadeira sintaxe que dá às séries operatórias a sua fixidez e sutileza*.” (LEROI-GOURHAN, 1990, p. 117). Fabricar ferramentas e utensílios é também “fabricar” um procedimento de comunicação simbólica o qual denominamos de linguagem.

Não conheço outra hipótese explicativa mais consistente para a formação da linguagem do que esta proposta etnográfica que a situa como prática histórica efetiva. O modelo mentalista para a linguagem carece de qualquer fundamentação

histórica. É uma representação erigida na Antiguidade e que se fortaleceu na Idade Média, uma representação que precisa ser revisada e que possui todas as características de um mito. Um mito que exige um movimento iconoclasta para desvencilhar as ciências sociais do seu último e derradeiro reduto que propõe a ruptura entre o mental e o material, entre a natureza e a sociedade. A linguagem se constituiu em uma prática coletiva de interação com o mundo natural. É uma prática discursiva, é uma prática e também um discurso. “*Práticas discursivas produzem, mais que meramente descrevem, o “sujeito” e o “objeto” das práticas de conhecimento*”. (BARAD, 2003, p. 818, tradução minha)

As práticas discursivas e os fenômenos materiais não estão em uma relação de exterioridade, um para o outro; ou melhor, o material e o discursivo implicam-se mutuamente pela dinâmica da intra-atividade. Mas não são redutíveis um ao outro. A relação entre o material e o discursivo é de implicação recíproca (...) matéria e significação estão em articulação mútua. Nem as práticas discursivas nem os fenômenos materiais são ontologicamente ou epistemologicamente prévios. Nenhum pode ser explicado em termos do outro. Nem possui status privilegiado na determinação do outro. (BARAD, 2003, p. 822, tradução minha)

Esse conjunto de argumentos sintetiza aquilo que designo como pós-social. O termo “pós-social” indica a necessidade de se expandir a nomenclatura de “social”, e claro, os conceitos e percepções a ela associados. O social tal como era compreendido classicamente nas ciências sociais: um social que se satisfaz com a percepção de humanos isolados entre si e que implica na separação entre sociedade e natureza, uma sociedade extraída do seu contexto, do ambiente no qual ela própria e as pessoas se reificam. Mas isto é uma ficção. Não existe a sociedade composta exclusivamente por humanos. Sempre há um ambiente, um contexto material contra o qual a sociedade reage. A história e a sociologia estão habituadas a conceituar o social como a relação

entre os homens e aí se situarem comodamente. É uma simplificação grosseira. É uma semântica equivocada – o social deve incorporar o cenário no qual os homens vivem, o ambiente no qual se desenvolvem as relações humanas. As relações humanas são amplas e variadas em suas inúmeras facetas. Há relações estritamente interpessoais e há relações promovidas com as coisas, ambas são vitais. O corte natureza-sociedade produz diversos equívocos e dá sinais de seu esgotamento. Hoje, há tendências em história e em sociologia que já despertaram para essa lacuna conceitual, mas ainda são marginais. Tratam-se de uma história e de uma sociologia ambiental.¹²

Quando Knorr Cetina lançou a hipótese do “pós-social” ela estava avaliando nosso momento de aceleradas transformações nas quais, cada vez mais, os humanos estão envolvidos com relações objetivas e constituem o que Lash denomina de novas “formas tecnológicas de vida” (LASH, 2001). As relações materiais das pessoas são crescentes e solicitam uma mudança de perspectiva em ciências sociais:

a noção de uma sociabilidade com objetos requer uma extensão, se não uma ampliação da imaginação sociológica e do vocabulário. Se o argumento sobre uma transição pós-social contemporânea estiver correto, essas extensões deverão ser necessárias em vários aspectos; fazê-las é possivelmente o principal desafio que confronta a teoria social hoje. (CETINA, 1997, p. 2, tradução minha)

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*Professor adjunto Departamento de História, UERJ. Coordenador do Laboratório de estudos históricos da ciência, LEHC-UERJ.

Ahearn, Laura M; “Language and agency”; *Annual Review of Anthropology*; 30; 2001; 109–37.

Asplen, Lisa; “Decentering Environmental Sociology: Lessons from Post-Humanist Science and Technology Studies”; *paper presented at the annual meeting of the American Sociological Association, Montreal Convention Center, Montreal, Quebec, Canada, Aug 10, 2006*;

18/11/2008<http://www.allacademic.com/meta/p104647_index.html>

- Barad, Karen; "Agential realism: feminist interventions in understanding scientific practices" in Mario Biagioli (ed.); *The science studies reader*; New York; Routledge; 1999. 1-11.
- Barad, Karen; "Re(con)figuring space, time, and matter" in Marianne Dekoven (ed.); *Feminist locations; global and local, theory and practice*; New Brunswick; Rutgers; 2001; 75-109.
- Barad, Karen; "Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter"; *Signs: Journal of Women in Culture and Society*; vol. 28; no. 3; 2003; 801-831.
- Barad, Karen; *Meeting the universe halfway*; Durham & London; Duke University Press; 2007.
- Berger, Peter e Luckmann, Thomas; *A construção social da realidade*; Petrópolis; Vozes; 1974.
- Cetina, Karin Knorr; "Sociality with Objects: Social Relations in Postsocial Knowledge Societies"; *Theory Culture Society* ; vol 14 (4); 1997; 1-30.
- Cetina, Karin Knorr and Bruegger, Urs; "The Market as an Object of Attachment: Exploring Postsocial Relations in Financial Markets"; *Canadian Journal of Sociology*; 25, 2; 2000; 141-168.
- Chartier, Roger; *À beira da falésia*; Porto Alegre; Ed. Universidade/UFRGS; 2002.
- D'Epelteau, François; "Relational Thinking: A Critique of Co-Deterministic Theories of Structure and Agency"; *Sociological Theory*; Volume 26, Number 1; March 2008; 51-73.
- Giddens, Anthony; *Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*; Berkeley and Los Angeles; University of California Press; 1979.
- Giddens, Anthony; *A Contemporary Critique of Historical Materialism. Volume 1: Power, Property and the State*; London; Macmillan. 1981.
- Giddens, Anthony; *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*; Berkeley and Los Angeles; University of California Press; 1984.
- Duranti, Alesandro; *Antropología lingüística*; Madrid; Cambridge University Press; 2000.
- Maurice Halbwachs; *Les cadres sociaux de la memorie*; Paris; Albin Michel; 1994.
- Harbers, Hans (ed.); *Inside the politics of technology. Agency and normativity in the co-production of technology and society*; Amsterdam; Amsterdam University Press; 2005.
- Ingold, Tim; "Humanidade e Animalidade"; *Revista Brasileira de Ciências Sociais*; no. 28, ano 10; junho de 1999; 39-53.
- Ver também <http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/112/54/>
- Jodelet, Denise; "Representações sociais: contribuição para um saber sociocultural sem fronteiras"; *Revista Educação & Cultura Contemporânea*; 1 (2); 2004; 24-38.
- Lash, Scott; "Technological Forms of Life"; *Theory, Culture & Society*; Vol. 18(1); 2001; 105-120
- Leroi-Gourhan, André; *O gesto e a palavra. Técnica e linguagem*; Lisboa; Edições 70; 1990.
- Maia, Carlos A; "A materialidade da linguagem na história e na ciência"; in *Lingüística Textual, Pragmática etc.; Cadernos do CNLF. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos*; v. X, no. 13; 2006; 45-56.
- Maia, Carlos A; "Diferença, traço e inscrição: Derrida e a escritura cognitiva do mundo"; in *Análise do Discurso; Cadernos do CNLF. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos*; vol XI, n. 07; 2008; 144-151.
- Karl Marx; *Contribución a la crítica de la economia política*; México; Siglo XXI editores; 1990.
- Ortner, Sherry B; "Theory in Anthropology since the Sixties"; *Comparative Studies in Society and History*; 1984, 26; 1984; 126-166.
- Pickering, Andrew; *The mangle of practice: time, agency, and science*; Chicago; The University of Chicago Press; 1995.
- Sewell, William; "A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation"; *American Journal of Sociology*; Volume 98 Number 1; July 1992; 1-29.
- Suchman, Lucy; "Human/Machine Reconsidered"; *Cognitive Studies/Japanese Bulletin of Cognitive Science*; 5(1); 1998; 5-13. Published by the Department of Sociology, Lancaster University at: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/soc040ls.html>